



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA - SAR

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL- CEDERURAL

Reunião com Lideranças da Maricultura da Baía Sul de Florianópolis

No dia 17 de abril de 2017, o Presidente da Câmara Setorial de Maricultura, Sr. Leonardo Cabral da Costa, o Secretário da Câmara Setorial, Dr. Felipe Matarazzo Suplicy se reuniram Centro Comunitário do Ribeirão da Ilha, Florianópolis, com os maricultores Sr. David Carriconde, Sra. Tatiana Cunha, Sr. Felipe Ricardo Malagoli, Sr. Celso Sandrini, Vereador de Florianópolis e o Sr. Fábio Faria Brognoli, Diretor de Pesca, Maricultura e Agricultura da Superintendência de Pesca da Prefeitura de Florianópolis. A reunião teve por objetivo colher contribuições do setor produtivo sobre a minuta de Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável da Maricultura Catarinense, que se encontra em processo de consulta pela Câmara Setorial.

O Dr. Felipe M. Suplicy fez uma apresentação sobre o Plano Estratégico que tem como ponto central a inovação tecnológica do setor para aumento da produtividade e competitividade da maricultura catarinense. A minuta em discussão contém mecanismos de inserção dos maricultores na cadeia formal de comércio e opções para adoção do cultivo mecanizado.

Um ponto central do plano estratégico é a consolidação e fortalecimento da marca Moluscos de Santa Catarina, aproveitando o reconhecimento já conquistado por Santa Catarina como estado produtor de excelentes moluscos cultivados. Esta marca deverá ser adotada e apoiada por todos os produtores e processadores, que estarão continuamente recebendo treinamento e capacitação para cumprirem com todas as exigências sanitárias e atingirem os padrões de qualidade e sustentabilidade da marca coletiva. O Plano Estratégico contempla a implantação de um Programa de Rastreabilidade de Moluscos, com o objetivo de auxiliar o controle do comércio legal e a certificação de origem dos moluscos provenientes da maricultura.

Foi ressaltado na reunião que participação do setor produtivo, através das empresas processadoras, associações de produtores, e das instituições governamentais e do setor de pesquisa e extensão é essencial para assegurar que todos os envolvidos com a atividade estejam de acordo quanto à estratégia de desenvolvimento elaborada e discutida coletivamente, favorecendo o posterior engajamento e comprometimento dos diversos atores e facilitando enormemente a sua implementação.

O Sr. Felipe Malagoli comentou que é preciso trabalhar o medo que o maricultor tem das mudanças, em particular as inovações tecnológicas e o aumento na cobrança da fiscalização sanitária. Um ponto importante ressaltado pelo D. Felipe Suplicy é de que o Plano Estratégico reconhece que a maricultura foi introduzida em Santa Catarina com um objetivo social, e que este objetivo foi bem atendido, com centenas de empregos criados em duas décadas de atividade. O Plano Estratégico também reconhece que a inovação tecnológica e a adequação às normativas sanitárias deverá facilitar a inserção do pequeno produtor de forma a manter e ampliar os resultados sociais conquistados.

Outro ponto levantado foi a grande desunião entre os produtores, salvo algumas exceções isoladas. Foi comentado pelo Dr. Felipe Suplicy um exemplo relatado por um maricultor em

Governador Celso Ramos onde um comerciante disposto a comprar cinco toneladas por semana não conseguiu que os produtores locais se juntassem para prover este volume.

O Vereador Celso Sandrini manifestou preocupação com a dependência do setor de apenas um laboratório de sementes de moluscos (LMM-UFSC), dizendo que este é um risco para a atividade, caso o LMM tenha problemas em suprir a demanda deste insumo básico. O outro laboratório privado da empresa BWA não atendeu a necessidade dos produtores. Em ambos os laboratórios, a produção de microalgas é um dos maiores gargalos tecnológicos a ser superado. Foi colocado pelo Dr. Felipe Suplicy que a terminação de larvas através da técnica de assentamento remoto pode ser uma alternativa para aumentar a produtividade do LMM-UFSC. A Sr. Tatiana Cunha relatou que houve uma denúncia de um velejador feita para a ACAQ, que reclamou de impactos dos efluentes do LMM na vegetação costeira da Lagoa de Conceição que ficou de marcar uma visita e conversa com o LMM. O velejador disse que se não forem tomadas providencias irá fazer a denúncia ao Ministério Público. A constituição de um grupo de trabalho para debater o assunto de abastecimento de sementes, com representantes do LMM-UFSC e do setor produtivo, já foi sugerida em outras reuniões de consulta ao setor sobre a minuta do Plano Estratégico.

Foi colocado pelo Dr. Felipe Suplicy que o Ribeirão da Ilha é a principal região produtora de ostras do Brasil e que o Plano Estratégico precisa conter ações específicas para assegurar a manutenção desta posição. Entre as ações mais importantes, está a operacionalização da COOPERFLORIPA, um estabelecimento cedido para os produtores há muitos anos e que até o momento não está operante. Os presentes discutiram brevemente sobre os principais passos que precisam ser dados para atingir este objetivo – a Prefeitura de Florianópolis é detentora do terreno e do prédio; alguns dos equipamentos foram cedidos pela Secretária de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR e um Procurador Público do município solicitou um histórico do estabelecimento e dos equipamentos para fazer a concessão do bem para a COOPERFLORIPA. Uma vez concedido, será preciso obter o selo do Serviço de Inspeção. O Diretor Fabio Brognoli informou que no dia 17 de abril de 2017 seriam nomeados os fiscais sanitários transferidos da Secretaria Municipal de Saúde para a Superintendência de Pesca, Maricultura e Agricultura para dar operacionalidade ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM de Florianópolis. Também foram equacionadas as dificuldades relacionadas a condições mínimas de trabalho, como um veículo, combustível, jalecos, e a ampliação da carga horaria de 6 horas diárias para 8 horas. O Sr. David Carriconde, Presidente da COOPERFLORIPA, informou que a cooperativa dispõe de um plano de negócio com as etapas a serem vencidas até a sua operação, e que poderá disponibilizar este documento para que a Câmara Setorial contemple algumas ações essenciais do plano de negócio da COOPERFLORIPA no Plano Estratégico da Maricultura Catarinense. Atualmente a COOPERFLORIPA congrega 29 cooperados, e segundo seu Presidente, é preciso algumas adequações no prédio como acesso ao reservatório de água, dosador de cloro, e reparo no telhado, antes que a COOPERFLORIPA possa obter a aprovação do Serviço de Inspeção Municipal.

Outro ponto levantado pelo Sr. Felipe Malagoli na reunião é o fato do Plano Estratégico ser mais específico no aprimoramento tecnológico do cultivo de mexilhões, e mais vago no tocante à novas tecnologias para produção de ostras. O Dr. Felipe Suplicy disse que a Epagri dispõe de muita informação sobre sistema berçários, novos sistemas de cultivo, embarcações e maquinário para cultivo de ostras, e que poderá organizar, em conjunto com a AMASI, um seminário na região para passar este conhecimento para os produtores. A ideia foi bem aceita e ficou encaminhado que seria agendado um dia em maio para realização deste seminário.

A Sra. Tatiana manifestou preocupação com a falta de fiscalização e as sucessivas prorrogações no processo de ocupação ordenada das áreas aquícolas. O processo não foi levado a sério pela maioria dos produtores e ninguém mudará o cultivo de local se não houver fiscalização. Foi ressaltado que isto somente ocorrerá se o ministério responsável pela aquicultura e pesca e a Marinha fiscalizarem. A Sra. Tatiana levantou o ponto do material utilizado para fixar as boias de sinalização das áreas aquícolas não ser adequado - as estacas utilizadas eram lisas e a metragem dos cabos insuficientes. Relatou ainda que a Marinha vai começar a fiscalizar a ocupação ordenada das áreas aquícolas demarcadas.

Outra sugestão da Sra. Tatiana é de que os boletins didáticos produzidos pela Epagri são um excelente material, mas que seriam muito mais eficientes e eficazes se fossem atrelados a cursos ou seminários sobre o assunto. Caso contrário são um desperdício de papel pois a grande maioria dos produtores não se dá o tempo de ler qualquer informação em seu próprio auxílio.

Também foi discutido na reunião o papel das associações de produtores, e foi reconhecido que muitas delas deixaram de existir porque não cumpriam nenhuma função ou forneciam vantagem ou serviço aos associados. Um exemplo de serviço foi a recente regularização através do registro de embarcações empregadas na maricultura, promovido pela Associação dos Maricultores do Sul da Ilha - AMASI, em conjunto com a Capitania dos Portos. Foi avultado que as associações poderão passar a ter um papel útil para o produtor à medida que as normas sanitárias passarem a ser exigidas e os produtores necessitarem se unir para se adequar a estas exigências, seja através do processamento ou da comercialização de sua produção.

Ainda neste quesito foi discutido o aspecto tributário da comercialização de moluscos, com o Diretor Fabio Brognoli esclarecendo que pequenos volumes, como dez dúzias, podem ser vendidos do produtor diretamente para um consumidor. No entanto, a venda para restaurantes e peixarias necessita ser precedida pela inspeção sanitária. Existe desinformação entre os produtores sobre os procedimentos de emissão de GTA, nota e contra nota, e que seria interessante uma cartilha contendo estas informações. A Sra. Tatiana informou que o SENAR dispõe desta cartilha e que ela poderia ser empregada com este propósito.

Outro ponto levantado foi o fato de que a maior parte das áreas de cultivo já exigirem depuração ou processamento térmico antes da comercialização do produto, e da necessidade de o Plano Estratégico contemplar ações para viabilizar este procedimento entre os pequenos produtores e processadores inspecionados, concomitante com a luta do setor por maiores investimentos em coleta e tratamento de esgotos.

Sem mais a acrescentar,

Felipe Matarazzo Suplicy
Secretário da Câmara Setorial de Maricultura